
***Banco Société
Générale Brasil S.A.***
***Demonstra es financeiras em
30 de junho de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstra es financeiras do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstra es do resultado, do resultado abrangente, das muta es do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informa es elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstra es financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas opera es e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na se o intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstra es financeiras". Somos independentes em rela o ao Banco, de acordo com os princípios  ticos relevantes previstos no Código de  tica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades  ticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - valores correspondentes ao semestre e exercício anterior

Os exames das demonstra es financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2023 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com datas de 18 de agosto de 2023 e 26 de fevereiro de 2024, respectivamente, sem ressalvas.

Outras informa es que acompanham as demonstra es financeiras e o relatório do auditor

A administra o do Banco   responsável por essas outras informa es que compreendem o Relatório da Administra o.

Nossa opinião sobre as demonstra es financeiras não abrange o Relatório da Administra o e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Banco Société Générale Brasil S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstra es financeiras, nossa responsabilidade   a de ler o Relatório da Administra o e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstra es financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distor o relevante no Relatório da Administra o, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administra o e da governança pelas demonstra es financeiras

A administra o do Banco   responsável pela elabora o e adequada apresenta o das demonstra es financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabora o de demonstra es financeiras livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elabora o das demonstra es financeiras, a administra o   responsável pela avalia o da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elabora o das demonstra es financeiras, a não ser que a administra o pretenda liquidar o Banco ou cessar suas opera es, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das opera es.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elabora o das demonstra es financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstra es financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstra es financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável   um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distor es relevantes existentes. As distor es podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econ micas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstra es financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distor o relevante nas demonstra es financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detec o de distor o relevante resultante de fraude   maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsifica o, omissão ou representa es falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

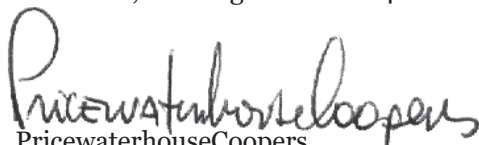


Banco Société Générale Brasil S.A.

- Avaliamos a adequa o das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulga es feitas pela administra o.
- Concluímos sobre a adequa o do uso, pela administra o, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em rela o a eventos ou condi es que possam levantar d vida significativa em rela o   capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar aten o em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulga es nas demonstra es financeiras ou incluir modifica o em nossa opinião, se as divulga es forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condi es futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresenta o geral, a estrutura e o conteúdo das demonstra es financeiras, inclusive as divulga es e se essas demonstra es financeiras representam as correspondentes transa es e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresenta o adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informa es financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstra es financeiras do Banco. Somos responsáveis pela dire o, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constata es significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Maria José De Mula Cury
Signed by: MARIA JOSÉ DE MULA CURY/1000778699
CPF: 050215388
Signer Title: Contador de Auditoria
Signing Time: 26 de agosto de 2024 | 11:02 BRT
  ICP-Brasil. Ou: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
C 005
Inovar: AC SERASA RFB v4

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete   aprecia o de V.Sas., o Relatório de Administra o e as correspondentes Demonstra es Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz com sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro.   uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstra es financeiras individuais em separado da sua controlada Société Générale Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2024 atingiu o valor de R\$ 1,70 bilhão (R\$ 1,72 bilhão em 31 de dezembro de 2023) e o  ndice de basileia alcançou 39,95% (43,73% em 31 de dezembro de 2023). O banco apresentou um prejuízo de R\$ 5,0 milhões no primeiro semestre de 2024 (lucro líquido de R\$ 12,2 milhões no primeiro semestre de 2023).

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale (“Grupo SG”) e com base nos critérios estabelecidos na Resolu o CMN n  4.945/21, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto   questão social, ambiental e climática na condu o de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às institui es financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federa o Bancária Europeia (EBF) e da Federa o Bancária Francesa (FBF), o Grupo atua no sentido de promover a regulamenta o adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma rela o  tica e transparente, da preserva o do meio ambiente para as gera es futuras e o respeito   diversidade.

O Grupo Société Générale Brasil (“Grupo SG Brasil”), por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promo o gratuita da educa o, capacita o profissional, esporte, saúde, preserva o do meio ambiente, arte e cultura”.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (“PRSAC”) encontra-se no endereço eletrônico do sítio no Brasil:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/wp-content/uploads/2024/06/PRSAC-Grupo-v04-maio-24.pdf>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Grupo SG Brasil designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes (constituído em cumprimento à Resolução CMN nº 4.860/20) e o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, para situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet e intranet do banco no Brasil. Canal de Denúncias:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/canal-de-denuncias/>

A Administração do Grupo SG Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

Administradores

BEATRIZ LACAZ VIEIRA BROWN

MÁRIO MARCOS LOPES

CAROLYNE MOURA MUNHOZ

AURELIEN GUILLAUME ALEXANDRE COTTARD

EDUARDO YASUDA IRIE

ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA

GUSTAVO DE MAGALHÃES REZENDE

PAULO FAGUNDES DE LIMA – DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ÁREA CONTÁBIL

Contador

CAIO VINICIUS MARQUES - CRC - 1SP 293229/O-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Disponibilidades	5	16.888	40.178
Instrumentos financeiros		29.771.215	18.920.395
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5 e 6	4.280.860	3.029.885
Títulos e valores mobiliários carteira de negociação	7	501.287	124.739
Títulos e valores mobiliários carteira de disponíveis para venda	7	612.168	701.294
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.484.890	1.123.175
Relações interfinanceiras		1.116	1.322
Negociação e intermediação de valores	8.a	40.806	27.829
Carteira de câmbio	11	22.537.169	13.578.456
Operações de crédito - setor privado	9.a	243.491	263.506
Operações de crédito - setor privado - outros créditos	9.a	69.428	70.189
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(10.488)	(8.794)
Ativo fiscal diferido	19.c	70.602	64.447
Outros ativos		486.612	498.612
Rendas a receber		228	120
Dividendos		-	76
Diversos	12.a	486.384	498.416
Investimentos		17	93.910
Participações em controlada	14	-	93.891
Outros investimentos		17	19
Ativo imobilizado		6.115	5.539
Imobilizado de uso		19.806	18.389
Depreciações		(13.691)	(12.850)
Total do ativo		30.340.961	19.614.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Depósitos e demais instrumentos financeiros		28.271.358	17.497.814
Depósitos	15	1.675.207	766.279
Captações no mercado aberto	16	221.789	180.407
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.098.690	712.089
Obrigações por empréstimos e repasses	17	2.462.715	2.226.264
Carteira de câmbio	11	22.805.082	13.602.960
Relações interdependências		7.859	9.633
Negociação e intermediação de valores	8.b	16	182
Provisões		301.219	255.704
Fiscais e previdenciárias	12.b	12.886	2.763
Diversas	12.c	286.799	252.422
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.534	519
Passivo fiscal diferido	19.d	158.466	140.833
Patrimônio líquido	18	1.702.647	1.719.936
Capital		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital	25	4.097	3.569
Reserva de lucros		6.951	8.207
Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda	18.e	(11.075)	1.677
Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa	18.f	3	96
Prejuízos acumulados		(1.254.258)	(1.250.542)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		1.702.647	1.719.936
Total do passivo e patrimônio líquido		30.433.690	19.614.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2024	2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.031.548	(7.200)
Operações de crédito		27.505	23.516
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		334.911	362.536
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	669.132	(393.252)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(893.374)	99.129
Operações de captações no mercado		(99.074)	(71.523)
Operações de empréstimos e repasses	17	(537.045)	233.165
Resultado de operações com câmbio (Constituição)/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(255.563) (1.692)	(61.772) (741)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		138.174	91.929
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(116.853)	(55.117)
Receitas de prestação de serviços		9.440	4.467
Resultado de participações em controlada	14	(1.256)	14.626
Despesas de pessoal		(47.496)	(40.698)
Outras despesas administrativas	21	(29.758)	(26.184)
Despesas tributárias		(10.727)	(7.036)
Outras receitas operacionais	22	23.161	24.869
Outras despesas operacionais	23	(60.217)	(25.161)
RESULTADO OPERACIONAL		21.321	36.812
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(19)	3
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		21.302	36.815
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	(26.274)	(24.576)
Provisão para imposto de renda corrente		(2.345)	(939)
Provisão para contribuição social corrente		(1.941)	(633)
Imposto diferido		(21.988)	(23.004)
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		(4.972)	12.239
(Prejuízo)/Lucro por ação		(4,89)	12,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>(4.972)</u>	<u>13.239</u>
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		<u>(12.845)</u>	<u>13.200</u>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18 (e)	<u>(12.752)</u>	<u>13.296</u>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(23.186)	24.173
Imposto de renda		10.434	(10.877)
Hedge de Fluxo de caixa	18 (f)	<u>(93)</u>	<u>(96)</u>
Hedge de Fluxo de caixa		(169)	(175)
Imposto de renda		76	79
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:		<u>528</u>	<u>(128)</u>
Plano de Benefícios	25	<u>528</u>	<u>(128)</u>
Pagamento baseado em ações		528	(128)
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE		<u>(17.289)</u>	<u>25.311</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E
30 DE JUNHO DE 2023
BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>2.956.929</u>	<u>3.559</u>	<u>273</u>	<u>(19.573)</u>	<u>(1.286.329)</u>	<u>1.654.859</u>
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	(52)	-	-	-	(52)
- Controladas		-	(76)	-	-	-	(76)
Ajustes de avaliação patrimonial	18.e, 18.f	-	-	-	13.200	-	13.200
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	12.239	12.239
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		<u>2.956.929</u>	<u>3.431</u>	<u>273</u>	<u>(6.373)</u>	<u>(1.274.090)</u>	<u>1.680.170</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>2.956.929</u>	<u>3.569</u>	<u>8.207</u>	<u>1.773</u>	<u>(1.250.542)</u>	<u>1.719.936</u>
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	191	-	-	-	191
- Controladas		-	337	-	-	-	337
Ajustes de avaliação patrimonial	18.e, 18.f	-	-	-	(12.845)	-	(12.845)
Reserva de lucros		-	-	(1.256)	-	1.256	-
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(4.972)	(4.972)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>2.956.929</u>	<u>4.097</u>	<u>6.951</u>	<u>(11.072)</u>	<u>(1.254.258)</u>	<u>1.702.647</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 30 DE JUNHO DE 2023

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre		(4.972)	12.239
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		745.393	(339.787)
Depreciações	21	1.229	677
Constituição/(Reversão) de provisão para riscos	10	1.692	741
Atualização de depósitos judiciais	22	(12.449)	(17.409)
Reversão de provisão para riscos	13 (ii)	(2.302)	(2.500)
Atualização de riscos	13 (ii)	9.624	(9.240)
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	22	(2.838)	(1.689)
Impostos diferidos	19	21.988	23.004
Variação cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.		693.076	(240.458)
Juros de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.		(1.497)	(27.185)
Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos		48.025	(64.200)
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	18.e, 18.f	(12.317)	13.200
Atualização de plano de ações		(94)	(102)
Resultado de participação em controladas	14	1.256	(14.626)
Lucro líquido ajustado/(Prejuízo)		740.421	(327.548)
Variação de ativos e obrigações		581.965	(838.326)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.279.001)	748.702
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários		(293.506)	81.686
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências		(2.692)	216
(Aumento) redução em operações de crédito		35.087	(3.888)
Redução em outros créditos		(7.914.998)	(2.220.070)
Aumento (redução) em depósitos		908.928	(413.309)
Aumento (redução) no mercado aberto		1.217.077	(931.530)
Aumento em outras obrigações		7.958.533	2.203.760
Impostos pagos		(7.065)	(8.709)
Juros recebidos sobre operações		(23.343)	(21.219)
Aumento em Instrumentos financeiros derivativos		(17.055)	(273.965)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.322.386	(1.165.874)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de uso		(1.835)	(1.822)
Alienação de imobilizado de uso		32	-
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento		(1.803)	(1.822)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos		(203.204)	484.211
Caixa líquido oriundo das (investidos nas) atividades de financiamento		(203.204)	484.211
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE			
		1.117.379	(683.485)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE			
		2.427.733	3.376.785
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE			
	5	3.545.112	2.693.300
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, localizado na Avenida Paulista, número 2.300, 9º andar, cidade de São Paulo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O Banco é controlado pelo Société Générale companhia existente de acordo com as leis da França.

O suporte das operações do Banco à empresa controlada Société Générale Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizado através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A Resolução BCB nº 2/2020 estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Essas demonstrações financeiras são divulgadas no sítio eletrônico do Banco e enviados a Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21
- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;

- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- l) CPC 28 - Propriedade para Investimento - homologado pela Resolução CMN nº 4.967/21;
- m) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- n) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- o) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- p) CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; e
- q) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 22 de agosto de 2024.

2.1 Resultado recorrente e não recorrente

Não houve resultado não recorrente contabilizado nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 30 de junho de 2023.

Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

2.2 Resumo do plano de implementação da Resolução CMN nº 4.966 de instrumentos financeiros

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em período futuros, que incorporam os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

- Resolução CMN nº 4.966/2021 – com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o

reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). Para os requisitos relacionados a contabilidade de hedge, o início de vigência definido pelo Banco Central é em 01 de janeiro de 2027. As Resoluções CMN nº 5.100/2023 e CMN nº 5.146/2024 alteram dispositivos da Resolução CMV nº 4.966/2021 ao estabelecer, por exemplo, novos critérios contábeis para contratos renegociados, opcionalidade para reconhecer no resultado os custos de transação e valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais, postergação dos requisitos aplicáveis à contabilidade de *hedge*, dentre outros, além de dispor sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, dentre outros.

A Resolução CMN nº 4.966/2021 traz alterações substanciais para as instituições financeiras e o Conglomerado dará continuidade aos trabalhos para adequação à nova regra ao longo do exercício de 2024, viabilizando sua aplicação a partir de 01 de janeiro de 2025.

O Banco divulga nessas demonstrações, de forma resumida, o plano de implementação atualizado da Resolução CMN nº 4.966, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).

O plano para a implementação da regulamentação contábil foi aprovado originalmente pela diretoria do Banco do dia 06 de dezembro de 2022 e aprovada a atualização no dia 15 de janeiro de 2024 registradas em ata conforme requerimento.

O Banco definiu um cronograma macro com o planejamento da entrega dos itens requeridos na Resolução a qual houve modificações em função da emissão de normas mais específicas.

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual do Banco, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização.

Com a emissão de novos normativos em complemento a referida Resolução, o Banco iniciou o processo de implementação com a avaliação de seus instrumentos financeiros atendendo aos aspectos teóricos da norma. Os seguintes tópicos foram verificados para todos os produtos vigentes no Banco. (a) Determinação do modelo de negócios; (b) Teste de pagamento de principal e juros (SPPJ); (c) Verificação de aplicação de taxa de juros efetiva; (d) novo COSIF; e (e) Provisão para perdas esperadas.

(a) Determinação do modelo de negócios e (b) Teste de pagamento de principal e juros.

A determinação do modelo de negócios e o teste SPPJ foram efetuados em conjunto através de questionário respondido pelas áreas de negócios responsáveis pelos produtos. Para cada tipo de produto foi respondido um questionário com base em amostragem com a finalidade de verificar a aderência ao SPPJ. O resultado do questionário determinou a classificação dos instrumentos financeiros entre custo amortizado, valor justo no resultado e valor justo em outros resultados abrangentes. Não são esperadas alterações relevantes na contabilização dos produtos.

(c) Verificação de aplicação de taxa de juros efetiva.

O Banco avaliou todos os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado a fim de determinar se os ativos possuíam custos de transação e valores recebidos e se os passivos possuíam custos de transação e pagamentos efetuados seguindo as determinações da Resolução BCB 352/23.

A área de Contabilidade formalizou um questionário para as áreas de negócios e operações a fim de determinar se existiam custos ou valores nos fluxos de caixa das operações que poderiam refletir na constituição da taxa de juros efetiva.

Baseado nos custos e valores a receber e a pagar levantados pelas áreas, a área de Contabilidade efetuou o teste se esses custos e valores são superiores a 1% do resultado total da operação a fim de determinar sua materialidade e possível utilização do parágrafo 2 do artigo 12 da Resolução BCB 352 de não constituição da taxa de juros efetiva. Todos os testes estão documentados em política e as evidências devidamente documentadas.

(d) Novo plano de contas COSIF

Com a emissão das últimas normas no novo COSIF em junho de 2024, o Banco iniciou o processo de reconciliação com o plano de contas atual. Após essa revisão será levantado as alterações necessárias nos sistemas legados e contábil.

(e) Provisão para perdas esperadas

O Banco passou a fazer parte do segmento S4 do Conglomerado Prudencial a partir de janeiro de 2024. Como Conglomerado S4, o Banco irá adotar a Metodologia Simplificada de Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco e está avaliando a utilização dos parâmetros de Perda Esperada (PD e LGD) desenvolvidos pelas áreas de modelagem do Grupo SG (“Matriz”) para o cálculo das Perdas Esperadas, com foco no estabelecimento da Governança adequada e seguindo os requerimentos constantes, principalmente, no artigo 51 da Resolução CMN 4.966/2021.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Ativos com problemas de recuperação de crédito;
- Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Contabilidade de Hedge; e
- Evidenciação.

Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- Cenário atual: como o Banco trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- Proposta: o que o Banco entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma;
- Sistemas: quais os aplicativos utilizados pelo Banco, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução;

- Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o seu exercício, agregando os custos inerentes ou transferindo o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica “Outros créditos”.

Seguindo recomendação do Bacen, o Banco compara o valor de provisão calculado via Resolução 2.682 com o valor de perda esperada calculado via parâmetros IFRS 9. Nos casos em que o valor da matriz é maior que a provisão calculada, efetuamos o complemento de provisão para refletir o pior cenário. Este valor está registrado na rubrica Outras obrigações diversas – “provisão adicional”.

f) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Investimentos

- A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, são registradas ao valor de custo.

i) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

j) Depreciações

Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%.

k) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não foram identificados indícios de perda no valor recuperável de ativos.

l) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

m) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for feita uma estimativa confiável, de obrigações presentes que são consideradas prováveis seu risco de perda com saída de recursos para sua liquidação que incorporam benefícios econômicos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi

calculada considerando a alíquota de 20%. O Banco contabiliza ativos e passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores. Sobre estes montantes, o Banco aplica as alíquotas vigentes para os impostos de renda e contribuição social correntes

p) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

q) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

r) Resultado por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

s) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transa o seja liquidada em instrumentos patrimoniais.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

No Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, o nível de risco aceitável na condu o dos negócios   definido na Declara o de Appetite por Riscos (“RAS” ou “*Risk Appetite Statement*”), de acordo com a natureza de suas opera es e com a complexidade de seus produtos, serviços e atividades, e em conformidade com os requisitos constantes na Resolu o CMN 4.557/2017. Os indicadores de risco na RAS são produzidos e reportados pelas áreas responsáveis pela gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A  rea de Gestão Integrada dos Riscos e o Comitê de Riscos são responsáveis pela Governança estabelecida referente ao monitoramento e reporte das métricas da RAS, incluindo o tratamento de

violações aos limites aprovados, a revisão e a aprovação das ações de remediação definidas. Em particular, as áreas responsáveis pela gestão de cada tipo de risco devem reportar excessos ou violações de forma tempestiva ao Diretor de Riscos (“CRO” ou “*Chief Risk Officer*”) e para os membros do Comitê de Riscos, que incluem, dentre outros, os Diretores Executivos do Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A, sendo que a avaliação dos riscos é parte integrante da tomada de decisão estratégica no Banco.

O Relatório de Pilar 3, que contempla informações sobre o gerenciamento de riscos e de capital, conforme requisitos constantes na Resolução CMN 4.557/2017 e na Resolução BCB 54/2020, não faz parte dessas “Demonstrações Financeiras” e está disponível no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br.

I. Risco de Crédito

Em linha com as melhores práticas do mercado, e seguindo os requerimentos regulatórios do Banco Central do Brasil, o gerenciamento de risco de crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações realizadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada do portfólio.

O Banco opta por ser conservador e compara a provisão calculada como base na Resolução CMN 2.682/1999 com a Perda Esperada (“ECL” ou “Expected Credit Loss”) calculada pelo Grupo. Esta comparação é efetuada individualmente, por cliente, e a provisão é incrementada e igualada à ECL se essa última for maior. Neste semestre de 2024 houve uma reversão no valor de R\$ 3 e no mesmo semestre de 2023 houve uma constituição de provisão no valor de R\$ 60 no resultado.

II. Risco de Mercado

Consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco Société Générale Brasil S.A.. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as operações existentes no Banco são consideradas para efeito de monitoramento de risco de mercado, exceto as operações vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

2.1 Técnicas de Mensuração do Risco de Mercado

a.1) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale Brasil S.A. pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR é utilizado para a mensuração de risco como, por exemplo, das operações financeiras

da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela Área de Risco de Mercado do Banco.

Abaixo o VaR da carteira de negociação calculada.

Junho de 2024	-2.531
Junho de 2023	-1.959

a.2) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale Brasil S.A., a metodologia de “Análise de Sensibilidade”   aplicada considerando uma oscila o de 10 basis-point (isto  , 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em rela o aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplica o do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira)   comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de Risco de Mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos.

a.3) Testes de Estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a área de Risco de Mercado do Banco Société Générale Brasil S.A. avalia diariamente os possíveis impactos nas posi es em cenários extremos. O teste de estresse   uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econ micos que sejam desfavoráveis financeiramente às posi es do Banco.

No Banco Société Générale Brasil S.A., o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

2.2 Risco de Câmbio

O Banco Société Générale Brasil S.A. está exposto aos efeitos de flutua o nas taxas de câmbio vigentes em seus fluxos de caixa. O risco de câmbio   monitorado diariamente e ao longo do dia através da apura o do cálculo da exposi o cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale Brasil S.A. controla a exposi o a esse fator de risco através da atua o nos mercados de derivativos cambiais.

2.3 Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutuações, podendo resultar em perdas para o Banco. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido.

III. Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. A área de Risco de Liquidez monitora diariamente os ativos líquidos e os fluxos de caixa projetados em cenário de normalidade e em cenários de estresse do Banco Société Générale Brasil S.A., incluindo os limites de caixa mínimo e de estresse definidos para o monitoramento e reporte diários.

IV. Risco Operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil é realizada de forma contínua e integrada para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale, com as exigências de Basiléia II, com os requisitos constantes na Resolução CMN 4.557/2017 e com a Governança descrita na Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil. Inclui também o monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular do Banco, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros.

O Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil possui uma equipe de Gestão de Risco Operacional & Controles Internos, que é uma estrutura apartada das linhas de negócios e suporte, está sob a gestão do Diretor de Operações (“COO” ou “*Chief Operating Officer*”) e assessora as linhas de negócios e de suporte no cumprimento do gerenciamento dos riscos operacionais e das regulamentações aplicáveis, além de enviar os reportes adequados ao CRO.

Por sua vez, o CRO possui estrutura independente, segregada da unidade executora e da atividade de auditoria interna, que supervisiona de forma independente as atividades das linhas de negócios e suporte, incluindo a equipe de Gestão de Risco Operacional & Controles Internos. Dentre outras responsabilidades, deve assegurar a função de análise e de desafio eficaz da estrutura de gestão dos riscos operacionais em sua identificação e avaliação.

O Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo de Basiléia II (nota explicativa nº 24); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática de incidentes e perdas operacionais e manutenção do histórico; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) revisão

dos controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrupção (“Compliance”); vi) gestão de crise e planos de continuidade de negócios; vii) Comitê de Novos Produtos; e viii) treinamentos internos e campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados desse conjunto de instrumentos e programas são revisados periodicamente pelo Comitê de Riscos, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de alocação de capital regulatório, conforme requisitos constantes na Circular BCB 3.640/2013, o Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

V. Risco de Capital

O Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada institui o financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avalia es de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade   realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoramento de seu respectivo Capital, de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo:

I - Mecanismos para a identifica o e avalia o dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelos Ativos Ponderados pelo Risco (“RWA” ou “*Risk Weighted Assets*”), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite por riscos estabelecido e periodicamente reportados   Diretoria Executiva;

II - Plano de Capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - Simula es de eventos severos e condi es extremas de mercado (testes de estresse) e avalia o de seus impactos no capital;

As informa es descritas anteriormente são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa pertencente ao Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil e então submetidas ao Comitê de Riscos para aprecia o.

O dimensionamento das Estruturas   adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e opera es, sendo a coordena o entre as Estruturas realizada através do Comitê de Riscos, que se reúne ao menos 6 vezes por ano.

O Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil mant m capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, apurando mensalmente o capital regulatório e seu consumo de acordo com a Resolu o CMN 4.955/2021 e demais normas relacionadas, que são emitidas pelo Banco Central do Brasil. Para efeito prospectivo, o Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil estima anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos em cenário de normalidade e em estresse, baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, com a aprova o dos membros do Comitê de Riscos. As estimativas referentes ao capital requerido no horizonte de 3 anos podem ser revisadas a qualquer tempo, desde que condi es excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa Política. Caso

venha a ser detectado eventual descumprimento dos limites mínimos definidos pelo Banco Central do Brasil durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo até o desenquadramento	Ação	Fórum
Nível 1	6 meses	Definição de estratégia	Comitê de Riscos
Nível 2	3 meses	Reavaliação da estratégia	Comitê de Riscos
Nível 3	2 meses	Reavaliação da estratégia	Comitê de Riscos & Matriz
Nível 4	n/a	Operacionalização do aumento de capital	Matriz

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Disponibilidades	16.888	40.178
Aplicações no mercado aberto	3.526.915	2.351.221
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.309	-
Aplicações em moedas estrangeiras	-	36.334
Varição cambial sobre aplicações em moedas estrangeiras	-	-
Total	<u>3.545.112</u>	<u>2.427.733</u>

6 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2024	A vencer até 3				Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	
Aplicações no mercado aberto	4.034.860	-	-	-	4.034.860
Aplicações em depósitos interfinanceiros	26.048	61.547	118.458	39.947	246.000
Total	<u>4.060.908</u>	<u>61.547</u>	<u>118.458</u>	<u>39.947</u>	<u>4.280.860</u>
				Curto prazo	4.122.455
				Longo prazo	158.405
					<u>4.280.860</u>
Em 31 de dezembro de 2023	A vencer até 3				Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	
Aplicações no mercado aberto	2.860.084	-	-	-	2.860.084
Aplicações em depósitos interfinanceiros	16.159	36.467	62.861	17.979	133.466
Aplicações em moedas estrangeiras	36.335	-	-	-	36.335
Total	<u>2.912.578</u>	<u>36.467</u>	<u>62.861</u>	<u>17.979</u>	<u>3.029.885</u>
				Curto prazo	2.949.045
				Longo prazo	80.840
					<u>3.029.885</u>

7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 por categoria:

	2024		2023	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	445.323	438.740	28.688	28.921
Títulos para negociação:	445.323	438.740	28.287	28.520
Letras do Tesouro Nacional - LTN	273.214	272.516	86	86
Notas do Tesouro Nacional - NTN	172.109	166.224	28.201	28.434
Títulos disponíveis para venda:	-	-	401	401
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	401	401
Vinculados à prestação de garantias:	696.419	674.715	791.381	797.112
Títulos para negociação:	64.114	62.547	93.538	96.219
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	11.182	11.317
Notas do Tesouro Nacional - NTN	64.114	62.547	82.356	84.902
Títulos disponíveis para venda:	632.305	612.168	697.843	700.893
Letras do Tesouro Nacional - LTN	582.701	562.564	651.111	654.161
Cotas de fundos de investimento	49.604	49.604	46.732	46.732
Total	1.141.742	1.113.455	820.069	826.033

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda	2024				
	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Papel					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	582.701	562.564	(20.137)	9.062	(11.075)
Cotas de fundos de investimento	49.604	49.604	-	-	-
Total	632.305	612.168	(20.137)	9.062	(11.075)
Títulos disponíveis para venda	2023				
	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Papel					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	651.512	654.562	3.050	(1.373)	1.677
Cotas de fundos de investimento	46.732	46.732	-	-	-
	698.244	701.294	3.050	(1.373)	1.677

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

c) Composição por prazo de vencimento

	2024			2023		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	-	49.604	49.604	-	46.732	46.732
A vencer até 3 meses	-	-	-	13	-	13
A vencer entre 3 e 12 meses	1.411	-	1.411	38	277.747	277.785
A vencer entre 1 e 3 anos	291.473	143.571	435.044	14.187	142.382	156.569
A vencer entre 3 e 5 anos	26.522	371.785	398.307	23.149	234.433	257.582
A vencer entre 5 e 15 anos	181.881	47.208	229.089	87.352	-	87.352
Total	<u>501.287</u>	<u>612.168</u>	<u>1.113.455</u>	<u>124.739</u>	<u>701.294</u>	<u>826.033</u>
		Curto prazo	51.015		Curto prazo	324.530
		Longo prazo	<u>1.062.440</u>		Longo prazo	<u>501.503</u>
			<u>1.113.455</u>			<u>826.033</u>

A quebra por vencimento dos “Títulos para negociação” (Quadro “c”) reflete apenas os vencimentos dos títulos na carteira. Sendo não há nenhum impedimento para a venda imediata dos títulos classificados como “para negociação”.

d) Composição por emissor

	2024	2023
Títulos para negociação	<u>501.287</u>	<u>124.739</u>
Públicos	<u>501.287</u>	<u>124.739</u>
Governo Federal	501.287	124.739
Títulos disponíveis para venda	<u>612.168</u>	<u>701.294</u>
Públicos	<u>562.564</u>	<u>654.562</u>
Governo Federal	562.564	654.562
Privado	49.604	46.732
Cotas de fundos de investimento	49.604	46.732
Total	<u>1.113.455</u>	<u>826.033</u>

e) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas.

Demonstramos a seguir a relação dos swap's, operações a termo e NDF por indexador:

e.1) “Swap” e NDF

Em 30 de junho de 2024

<u>Indexador</u>	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva - Diferencial a receber (pagar)	Mercado - Diferencial a receber (pagar)
CDI x PRÉ	875.000	9.644	32.313
CDI x EURO	65.727	(4.579)	(5.328)
CDI x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	268.110	(21.354)	(24.184)
CDI x YEN	777.299	23.459	22.690
COROA NORUEGUESA (NDF)	32.220	354	872
DOLAR x CDI	199.571	16.972	19.152
DÓLAR (NDF)	8.117.733	459.365	541.954
DÓLAR x SOFR	1.551.081	36	3.895
EURIBOR 6M x EURO (Fluxo de caixa)	268.110	465	710
EURO (NDF)	3.231.305	75.992	93.358
LIBRA (NDF)	645.133	45.281	52.147
PRÉ (NDF)	9.365.938	(460.482)	(552.649)
PRÉ x CDI	3.419.031	(6.101)	97.724
PRÉ x DOLAR	222.282	(23.366)	(26.088)
PRÉ x EURO	243.296	(4.619)	(7.081)
PRÉ X EURO BFIX Londres	358.479	131.306	135.618
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	176.038	1.278	796
RENMINBI HONG KONG (NDF)	8.933	561	702
Total	29.825.286	244.212	386.601

Em 31 de dezembro de 2023

<u>Indexador</u>	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva - Diferencial a receber (pagar)	Mercado - Diferencial a receber (pagar)
CDI x PRÉ	525.000	8.409	1.967
CDI x YEN	782.299	(15.236)	(12.807)
COROA SUECA (NDF)	570	32	26
DÓLAR (NDF)	4.133.812	(151.521)	(144.764)
DÓLAR x SOFR (Fluxo de caixa)	1.038.617	574	4.142
EURO (NDF)	1.101.508	(49.118)	(68.684)
LIBRA (NDF)	425.006	(6.866)	(6.796)
PRÉ (NDF)	7.595.928	226.801	246.888
PRÉ x CDI	2.425.628	(10.965)	118.262
PRÉ x EURO	371.289	5.663	9.154
PRÉ X EURO BFIX Londres	502.853	198.039	218.495
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	120.817	5.766	9.198
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	214.931	30.529	36.251
RENMINBI HONG KONG (NDF)	6.291	(99)	(115)
Total	19.244.549	242.008	411.217

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Operações a termo</u>	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Valor dos contratos</u>
Compras a termo a receber	359.917	408.291
Obrigações por compra de termo a pagar	(360.318)	(408.422)
Total	<u>(401)</u>	<u>(131)</u>

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – Swap, operações a termo e NDF

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo registrado no ativo:	1.484.890	1.123.175
Saldo registrado no passivo:	(1.098.690)	(712.089)
Diferencial líquido a receber/(pagar)	<u>386.200</u>	<u>411.086</u>

e.2) Mercado futuro

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
Mercadoria	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Ajuste a receber (pagar)</u>	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Ajuste a receber (pagar)</u>
DDI	6.660.030	55.121	7.948.853	25.987
DI	4.473.692	2.008	5.859.169	1.550
Dólar	5.006.587	(19.443)	777.032	(2.186)
Wdo	395.481	3.120	1.170.093	2.478
Total	<u>16.535.790</u>	<u>40.806</u>	<u>15.755.147</u>	<u>27.829</u>

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 530.614 em 30 de junho de 2024 e R\$ 664.928 em 31 de dezembro de 2023.

Os contratos de “swap”, NDFs, futuros e opções têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 30 de junho de 2024	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	160.822	2.458.138	3.693.241	396.887	1.714.937	8.424.025
Operações a Termo NDFs	11.162.264	7.750.890	2.256.465	231.642	-	21.401.261
Futuros	10.390.064	3.001.749	2.580.558	374.423	188.996	16.535.790
Operações a Termo	360.318	-	-	-	-	360.318
Total	22.073.468	13.210.777	8.530.264	1.002.952	1.903.933	46.721.394
					Curto prazo	35.284.245
					Longo prazo	11.437.149
						46.721.394

Em 31 de dezembro de 2023	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	286.339	951.789	3.405.523	344.348	993.437	5.981.436
Operações a Termo NDFs	6.162.667	6.188.701	645.741	266.004	-	13.263.113
Futuros	7.729.522	4.478.250	3.092.687	393.117	61.571	15.755.147
Operações a Termo	408.423	-	-	-	-	408.423
Total	14.586.951	11.618.740	7.143.951	1.003.469	1.055.008	35.408.119
					Curto prazo	26.205.691
					Longo prazo	9.202.428
						35.408.119

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram em 30 de junho de 2024 e de 2023, os seguintes resultados:

	2024	2023
NDF	185.413	7.140
Swap	(103.529)	276.248
Mercado futuro	587.517	(676.640)
Mercado a termo	(269)	-
Total	669.132	(393.252)

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa do Banco é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge é realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

“Hedge” fluxo de caixa	2024		2023	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(11.687)	-	(15.265)	-
DDI	10.957	(10.875)	14.107	(15.596)
DI		9.877	-	14.493
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		6		175
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa		(3)		(79)
Valor líquido de impostos (nota 18.f)		<u>3</u>		<u>96</u>

e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	2024	2023
FI LIQUIDEZ CÂMARA B3 MULTIMERCADO IE		
Quantidade cotas investidas pelo Banco	<u>299.779,4947942</u>	<u>299.779,4947942</u>
Saldo	<u>49.604</u>	<u>46.732</u>

8 NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

a) Ativo - Outros créditos

	2024	2023
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	<u>40.806</u>	<u>27.829</u>
Total	<u>40.806</u>	<u>27.829</u>
Curto prazo	<u>40.806</u>	<u>27.829</u>

b) Passivo - Outras obrigações

	2024	2023
<u>Operação:</u>		
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	<u>16</u>	<u>182</u>
Total	<u>16</u>	<u>182</u>
Curto prazo	<u>16</u>	<u>182</u>

9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2024	2023
Empréstimos e títulos descontados	185.077	237.104
Financiamentos	58.414	26.402
Total das operações de crédito	<u>243.491</u>	<u>263.506</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11)	17.526	37.916
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11)	632	1.463
Outros créditos – títulos e créditos a receber	69.428	70.189
Total de outros créditos	<u>87.586</u>	<u>109.568</u>
Total do risco da carteira	<u>331.077</u>	<u>373.074</u>

b) Diversificação por atividade:

	2024	2023
Setor privado:		
Indústria	36.969	61.265
Comércio	231.439	249.036
Pessoas físicas	259	308
Prestação de serviços	49.018	47.682
Outros serviços	13.392	14.783
Total	<u>331.077</u>	<u>373.074</u>

c) Vencimento:

	2024		2023	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	12.565	3,80	2.960	0,79
A vencer até 3 meses	51.774	15,63	15.830	4,24
A vencer de 3 a 12 meses	47.674	14,40	291.855	78,23
A vencer de 1 a 3 anos	35.381	10,69	33.807	9,07
A vencer de 3 a 5 anos	183.683	55,48	28.622	7,67
Total	<u>331.077</u>	<u>100,00</u>	<u>373.074</u>	<u>100,00</u>

d) Concentração da carteira de crédito:

	2024		2023	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	165.945	50,12	215.290	57,71
10 seguintes maiores devedores	119.220	36,01	103.727	27,80
20 seguintes maiores devedores	37.977	11,47	41.718	11,18
50 seguintes maiores devedores	7.935	2,40	12.339	3,31
Total	<u>331.077</u>	<u>100,00</u>	<u>373.074</u>	<u>100,00</u>

e) Nível de risco e Provisão por nível de risco:

Nível	%	2024				2023			
		Curso Normal	Vencidos	Total	Provisão	Curso Normal	Vencidos	Total	Provisão
AA	0,0%	50.915	-	50.915	-	-	-	-	-
A	0,5%	57.214	-	57.214	286	82.454	-	82.454	412
B	1,0%	204.662	-	204.662	2.047	265.111	-	265.111	2.651
C	3,0%	1.644	564	2.208	66	14.532	1.291	15.823	475
D	10,0%	2.340	-	2.340	234	-	-	-	-
E	30,0%	1.041	-	1.041	312	2.838	1.668	4.506	1.352
F	50,0%	-	10.309	10.309	5.155	-	-	-	-
G	70,0%	-	-	-	-	4.254	-	4.254	2.978
H	100,0%	697	1.691	2.388	2.388	926	-	926	926
Provisão mínima		<u>318.512</u>	<u>12.565</u>	<u>331.077</u>	<u>10.488</u>	<u>370.114</u>	<u>2.960</u>	<u>373.074</u>	<u>8.794</u>
Provisão adicional (*)					<u>17</u>				<u>20</u>
Total					<u>10.505</u>				<u>8.814</u>

(*) O valor de provisão adicional, é referente ao ajuste de perdas de crédito esperadas contabilizado seguindo instruções do BACEN. O Banco compara a provisão local (Resolução 2.682) calculada com a provisão por perda esperada calculada pelo grupo para fins de atendimento a norma de IFRS. Esta comparação é efetuada individualmente por cliente e a provisão é incrementada e igualada ao IFRS se essa última for maior. Neste semestre houve uma reversão no valor de R\$ 3 (reversão de provisão de R\$ 48 no semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023). Não houve baixa para prejuízo ou renegociação de operações de crédito no semestre (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

10 PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	jun 2024	dez 2023
Saldo inicial	8.794	10.063
Constituição (Reversão)	1.694	(1.269)
Baixas	-	-
Saldo final	10.488	8.794
Constituição (Reversão) Adicional IFRS 9	(3)	(48)
Curto prazo	7.286	6.537
Longo prazo	3.202	2.257
Total	10.488	8.794

11 CARTEIRA DE CÂMBIO

	2024	2023
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	11.243.046	6.634.597
Direitos sobre venda de câmbio	11.301.023	6.957.847
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(7.532)	(15.451)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	632	1.463
Total	22.537.169	13.578.456
Curto prazo	19.288.182	10.466.616
Longo prazo	3.248.987	3.111.840
Total	22.537.169	13.578.456
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	12.097.992	6.830.044
Obrigações por compra de câmbio	10.724.616	6.810.832
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(17.526)	(37.916)
Total	22.805.082	13.602.960
Curto prazo	19.376.320	10.432.864
Longo prazo	3.428.762	3.170.096
Total	22.805.082	13.602.960

12 OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamentos e antecipações salariais	1.652	288
Devedores por depósitos em garantia (*)	420.674	410.768
Impostos e contribuições a compensar	61.539	85.554
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 20)	81	81
Devedores diversos no exterior (nota explicativa nº 20)	810	-
Outros	1.628	1.725
Total	<u>486.384</u>	<u>498.416</u>
Curto prazo	4.171	2.093
Longo Prazo	<u>482.213</u>	<u>496.323</u>
	<u>486.384</u>	<u>498.416</u>

(*) Refere-se, basicamente a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 171.174 em 30 de junho de 2024 (R\$ 166.862 em dezembro 2023), e pedidos de compensação de IRRF, totalizando R\$ 48.875 em 30 de junho de 2024 (R\$ 47.398 em dezembro 2023). Em 02/10/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origens fiscais, trabalhistas e cíveis do Banco Cacique. O valor atualizado em 2024 é de R\$ 27.750 em 30 de junho (R\$ 29.273 em dezembro 2023). Em 01/12/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origem fiscal da CCTVM. O valor atualizado em 30 de junho de 2024 é de R\$ 130.475 (R\$ 126.333 em dezembro 2023). No segundo semestre de 2023 houve baixas totalizando R\$ 82.078 as quais foram integralmente convertidas a União referentes a discussões judiciais de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre operações de “Box quatro pontas” e na desmutualização da antiga Bovespa (atual B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão). O montante convertido a União foi composto por R\$ 69.203, referente ao processo “box quatro pontas”, e R\$ 12.875, referente a desmutualização Bovespa. Ambos os casos tinham prognóstico de perda provável e possuíam valores de causa integralmente provisionados. O impacto no resultado após a baixa dos depósitos e reversão das provisões foi neutro.

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros (nota explicativa nº 18 a)	4.286	-
Impostos e contribuições a recolher	8.600	2.763
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 19 d)	158.466	140.833
Total	<u>171.352</u>	<u>143.596</u>
Curto prazo	12.886	2.763
Longo Prazo	<u>158.466</u>	<u>140.833</u>
	<u>171.352</u>	<u>143.596</u>

c) Outras obrigações - diversas:

	2024	2023
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13. i)	186.931	183.355
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13. i)	24.225	20.634
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13. i)	3.242	3.088
Provisão com despesas de pessoal	16.890	26.721
Provisão para despesas de publicação	27	54
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.598	1.685
Provisão para despesas de advogados	76	-
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 20 a)	53.092	15.846
Provisão para despesas de auditoria	-	30
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	693	693
Provisão para garantias prestadas (*)	-	40
Provisão adicional	17	20
Outras	8	256
Total	<u>286.799</u>	<u>252.422</u>
Curto prazo	71.650	29.460
Longo Prazo	<u>215.149</u>	<u>222.962</u>
	<u>286.799</u>	<u>252.422</u>

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 30 de junho de 2024 R\$ 414.637 (R\$ 214.504 em 31 de dezembro de 2023).

13 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	2024	2023
Riscos fiscais (nota explicativa nº 12 c)	186.931	183.355
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 12 c)	24.225	20.634
Riscos cíveis (nota explicativa nº 12 c)	3.242	3.088
Total	<u>214.398</u>	<u>207.077</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2024

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	183.355	20.634	3.088	207.077
Constituição (nota explicativa nº 23)	5.130	58	21	5.209
Ajustes/Baixas	-	(1)		(1)
Reversão (nota explicativa nº 22)	(5.999)	(865)	(647)	(7.511)
Atualização (nota explicativa nº 23)	4.445	4.399	780	9.624
Saldo final	<u>186.931</u>	<u>24.225</u>	<u>3.242</u>	<u>214.398</u>

Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 12 a)	400.131	14.160	6.383	420.674
---	---------	--------	-------	---------

Em 31 de dezembro de 2023

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	251.496	24.927	4.898	281.321
Constituição (nota explicativa nº 23)	-	413	-	413
Ajustes/Baixas	-	-	1	1
Reversão (nota explicativa nº 22)	(82.186)	(5.258)	(2.041)	(89.485)
Atualização (nota explicativa nº 23)	14.045	552	230	14.827
Saldo final	<u>183.355</u>	<u>20.634</u>	<u>3.088</u>	<u>207.077</u>

Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 12 a)	388.457	16.221	6.090	410.768
---	---------	--------	-------	---------

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de junho de 2024

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	186.931	186.931	24.648	24.225	3.242	3.242
Perdas possíveis (b)	330.041	-	-	-	30	-
Perdas remotas	14.820	-	-	-	151	-
Total de provisões	<u>531.792</u>	<u>186.931</u>	<u>24.648</u>	<u>24.225</u>	<u>3.423</u>	<u>3.242</u>

Em 31 de dezembro de 2023

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	183.355	183.355	21.710	20.634	3.088	3.088
Perdas possíveis (b)	311.739	-	86.542	-	1.590	-
Perdas remotas	49.224	-	2.233	-	-	-
Total de provisões	<u>544.318</u>	<u>183.355</u>	<u>110.485</u>	<u>20.634</u>	<u>4.678</u>	<u>3.088</u>

O quadro 13. iii foi revisado para melhor apresentação dos valores de causa relacionados as contingências trabalhistas e cíveis. Em dezembro de 2023 apresentamos os valores reclamados no pedido inicial dos processos atualizados. Após revisão de entendimento, concluímos que os valores reclamados não representam o risco atual dos processos. O valor de risco em junho 2024 representa o valor do pedido inicial após revisão da ação em juízo atualizadas para a data base atual.

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Banco, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 30 de junho de 2024 totalizou R\$ 158.051 (R\$ 149.185 em 31 de dezembro 2023);
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – O processo foi encerrado em outubro de 2023 com decisão desfavorável ao Banco. O valor da causa no momento do encerramento era de R\$ 69.203 Houve levantamento de depósito judicial a União para o pagamento sem impacto no resultado do exercício;
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 30 de junho de 2024 totalizou R\$ 9.334 (R\$ 9.234 em 31 de dezembro de 2023);
- Em 30 junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito

será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O valor desta provisão atualizado em 30 junho de 2024 é de R\$ 2.490 (R\$ 19.148 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2024 totalizou R\$ 48.640 (R\$ 47.398 em 31 de dezembro de 2023);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 30 de junho de 2024 totalizou R\$ 61.524 (R\$ 60.059 em 31 de dezembro de 2023);
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 30 de junho de 2024 totalizou R\$ 141.625, (R\$ 137.959 em 31 de dezembro de 2023);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra o Banco em 17 de outubro de 2022, pela glosa de operações de contratos futuros nas bases de IRPJ e CSLL referente ao ano de 2017 – em 30 de junho de 2024 totalizou R\$ 31.621 (R\$ 30.325 em 31 de dezembro de 2023).

Trabalhistas:

A classificação de risco e a mensuração das provisões dos processos trabalhistas do Banco levam em consideração as posições dos assessores jurídicos que os classificam como remoto, possível ou provável e sua provisão segue as normas do CPC 25 de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, norma essa recebida pelo Banco Central do Brasil. A provisão trabalhista corresponde aos processos, movidos por ex-funcionários que possuem classificação de risco provável. Os pedidos dos processos trabalhistas relacionam-se, entre outros, em horas extras a partir da 8ª hora e reflexos, hora extra face a supressão do intervalo intrajornada, adicional noturno, pagamento de bônus, vínculo empregatício, intervalo intrajornada e descaracterização de cargo de confiança.

Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base nas decisões judiciais existentes em terceira, segunda e primeira instâncias e, para aquelas que não houver qualquer decisão, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos ou, por exceção considerando condições específicas do processo. Em função da diminuição do número de processos trabalhistas oriundos da incorporação do Banco Cacique S.A., o Banco revisou sua política de provisionamento em junho de 2020 e proveu alterações nas estimativas para maior acuracidade nos valores provisionados.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na

lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

14 INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

	SG Equipment Finance S.A.- Arrendamento Mercantil	
	2024	2023
	Informações das controlada:	
Capital social	84.398	84.398
Ordinárias	1.537.587	1.537.587
Preferenciais	1.537.587	1.537.587
Participações - %	100	100
Patrimônio líquido	92.729	93.891
Lucro/(Prejuízo) do período	(1.256)	12.000
Movimentação dos investimentos:		
Saldos no início do exercício	93.891	81.973
Distribuição de dividendos	-	(76)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.256)	12.000
Plano de Pagamento Baseado em Ações na Controlada	94	(6)
Saldos no final do período	92.729	93.891

15 DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Sem vencimento	33.455	17.408	76.432	-	-	-	109.887	17.408
Até 3 meses	-	-	66.057	53.526	127	-	66.184	53.526
De 3 meses a 1 ano	-	-	1.219.242	455.125	4.506	10.954	1.223.748	466.079
De 1 a 3 anos	-	-	206.260	189.091	68.086	40.175	274.346	229.266
De 3 a 5 anos	-	-	1.042	-	-	-	1.042	-
Total	33.455	17.408	1.569.033	697.742	72.719	51.129	1.675.207	766.279
						Curto prazo	1.399.819	537.013
						Longo prazo	275.388	229.266
							1.675.207	766.279

16 CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 30 de junho de 2024	A vencer até 3				Total
	meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Carteira de Livre Movimentação	-	20.054	36.823	164.912	221.789
Total	-	20.054	36.823	164.912	221.789
				Curto prazo	-
				Longo prazo	221.789
					<u>221.789</u>

Em 31 de dezembro de 2023	A vencer até 3				Total
	meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Carteira de terceiros	80.017	-	-	-	80.017
Carteira de Livre Movimentação	-	3.244	17.063	80.083	100.390
Total	80.017	3.244	17.063	80.083	180.407
				Curto prazo	80.017
				Longo prazo	100.390
					<u>180.407</u>

17 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	jun/24		dez/23	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a)	-	(7.838)	6.684	4.683
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.412.306	(460.421)	2.204.564	229.647
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	50.409	(68.786)	15.016	(1.134)
Subtotal	<u>2.462.715</u>	<u>(537.045)</u>	<u>2.226.264</u>	<u>233.196</u>
Obrigações por repasses no exterior (d)	-	-	-	(31)
Total	<u>2.462.715</u>	<u>(537.045)</u>	<u>2.226.264</u>	<u>233.165</u>
Curto prazo	2.462.715		2.221.230	
Longo Prazo	-		5.034	
	<u>2.462.715</u>		<u>2.226.264</u>	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York liquidados em 2024 destinados para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de exporta es e financiamentos de importa es, incorrendo em varia o cambial, acrescida de juros de até 5,52% ao ano em dezembro de 2023.

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2024, sujeitos à variação cambial e juros de até 5,91% ao ano em 2024 (5,52% ao ano em 31 de dezembro de 2023).

(c) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2025, sujeitos à variação cambial e juros de até 5,83% ao ano em 2024 (5,53% ao ano em 31 de dezembro de 2023).

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste desfavorável em R\$ 178 em 30 de junho 2024 (desfavorável em R\$ 299 em 31 de dezembro de 2023).

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	<u>1.016.948</u>	<u>1.016.948</u>

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. A diretoria, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76. Para o primeiro semestre de 2024 o Banco não teve constituição de reserva legal devido prejuízo acumulado de anos anteriores.

e) Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Saldo no início do período	1.677	(20.068)
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	(23.186)	39.536
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	10.434	(17.791)
Saldo no final do exercício (nota explicativa 7b)	<u>(11.075)</u>	<u>1.677</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa

	<u>jun/24</u>	<u>dez/23</u>
Saldo no início do período	96	495
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	(168)	(725)
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	75	326
Saldo no final do semestre (nota explicativa 7 e.3)	<u>3</u>	<u>96</u>

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de hedge, conforme descrito na nota explicativa nº 7.b - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - hedge.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com IR/CS nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	21.302	36.815	21.302	36.815
Alíquota vigente	25%	25%	20%	20%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(5.326)	(9.204)	(4.260)	(7.363)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	(315)	3.657	(252)	2.926
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(8.505)	(2.824)	(6.804)	(2.259)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(990)	(2.678)	(792)	(2.142)
-Incentivo fiscal	66	(16)	(2)	(13)
-Outras despesas não dedutíveis	(821)	(134)	(667)	(107)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.955)	(1.417)	(1.563)	(1.133)
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	7.682	8.167	6.146	6.534
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(84)	13	(67)	10
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	3.201	(171)	2.560	(136)
-Provisão para publicação de balanço	7	7	6	6
-Provisão para Transfer Price Agreements	(2.161)	(1.196)	(1.729)	(958)
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	2.919	4.046	2.335	3.237
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	2.729	2.114	2.182	1.692
-Honorários advocatícios	(19)	-	(15)	-
-Provisão Garantias	11	(9)	9	(7)
-Outras diferenças temporárias	176	(27)	140	(21)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	1.040	-	832	-
Prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	-	(328)	-	(266)
Despesa de imposto de renda e contribuição social exercício	(2.345)	-	(1.941)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(12.216)	(12.780)	(9.772)	(10.224)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	-	(939)	-	(633)
Total de imposto de renda e contribuição social	(14.561)	(13.719)	(11.713)	(10.857)

O Banco possui prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em 30 de junho de 2024, no total de R\$ 104.825 (R\$ 108.895 em 2023), possuindo também diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 273.223 (R\$ 281.688 em 2023), sobre as quais, apenas sobre a parcela de R\$ 136.757, contabilizou em 30 junho de 2024 (R\$ 143.216 em 2023) imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) diferidos no montante de R\$ 61.541 (R\$ 64.447 em 2023) em observação a norma BACEN publicada em 30 de julho de 2020 (Resolução CMN N° 4.842), especificamente para cumprimento aos arts. 3º e 4º. Para a parcela restante, que monta R\$ 241.291 (R\$ 247.457 em 2023), não reconheceu contabilmente ativo fiscal diferido em R\$ 108.581 (R\$ 111.356 em 2023) por não ter atingido a todos os critérios, em referência à Resolução n° 4.842/2020 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos (30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023)

Ativo - Imposto de renda	2024	2023
Prejuízo fiscal e base negativa	104.825	108.985
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	31.932	34.231
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01)	20.137	-
Total	<u>156.894</u>	<u>143.216</u>
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Ativo fiscal constituído	<u>39.224</u>	<u>35.804</u>
Ativo - Contribuição social		
Prejuízo fiscal e base negativa	104.825	108.985
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	31.932	34.231
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01)	20.137	-
Total	<u>156.894</u>	<u>143.216</u>
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Ativo fiscal constituído	<u>31.378</u>	<u>28.643</u>
Total ativo fiscal constituído (Imposto de renda e contribuição social)	<u>70.602</u>	<u>64.447</u>

c) Movimentação dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias e ajustes contra o patrimônio líquido (30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023):

	2024	2023
Saldo inicial	64.447	44.992
Constituições / (realizações) Dif. Temp.	(2.906)	35.874
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	9.061	(16.419)
Saldo final	<u>70.602</u>	<u>64.447</u>

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo (30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023):

	2024	2023
Saldo inicial	140.833	82.026
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	(1.449)	56.771
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- disponível para venda	5.254	1.046
Receitas com atualização de depósitos judiciais	13.828	990
Saldo final (*)	<u>158.466</u>	<u>140.833</u>

e) Projeção de realização e valor presente dos ativos diferidos (30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023):

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

Valor contábil		
Imposto de renda e contribuição social sobre ativos fiscais diferidos		
Ano	2024	2023
2024	20.785	32.224
2025	19.913	32.223
2026	29.904	-
Total	<u>70.602</u>	<u>64.447</u>

O valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 59.118 em 30 de junho de 2024 (R\$ 56.121 em 2023).

20 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2024	2023	2024	2023
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	246.000	133.466	9.129	6.143
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	79	79	509	485
Depósitos à vista	(208)	(205)	-	-
Dividendos a pagar/receber	-	76	-	-
Depósitos interfinanceiros	(72.718)	(51.129)	(2.551)	(4.986)
Société Générale - Nova York:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	19	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	184	15.855	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	-	(6.684)	-	(1.759)
Obrigações em moeda estrangeira	(3.058)	-	(97)	-
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	36.316	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	16.607	14.945	-	-
Devedores diversos no exterior (*)	810	-	-	-
Credores diversos no exterior (**)	(53.092)	(15.846)	(38.658)	(9.533)
Obrigações em moeda estrangeira	(2.409.248)	(2.204.564)	(78.903)	(52.117)
Obrigações por empréstimos do exterior	(50.479)	(15.265)	-	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	6	5
Depósitos à vista	(12)	(15)	-	-
Depósitos a prazo	(3.099)	(3.717)	(173)	(215)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(31.233)	(16.173)	-	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	140.593	254.746	(22.142)	36.770
Pascal FIM investimento no exterior				
Instrumentos financeiros derivativos	130.426	73.019	54.438	81.324
Depósitos a prazo	(10.158)	(9.783)	(510)	(1.141)
Saint Germain fundo de investimento multimercado				
Instrumentos financeiros derivativos	(14.251)	583	12.890	1.344
Depósitos a prazo	(9.832)	(11.121)	(590)	(839)
Resumo por conta:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	36.335	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	16.791	30.800	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	246.000	133.466	9.129	6.143
Aplicações em moeda estrangeira	-	36.335	-	-
Depósitos à vista	(31.453)	(16.393)	-	-
Dividendos a pagar/receber	-	76	-	-
Depósitos a prazo	(23.089)	(24.621)	(1.273)	(2.196)
Depósitos interfinanceiros	(72.718)	(51.129)	(2.551)	(4.986)
Devedores diversos no exterior (*)	810	-	-	-
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	81	81	515	490
Obrigações em moeda estrangeira	(2.412.306)	(2.204.564)	(79.000)	(52.117)
Credores diversos no exterior (**)	(53.092)	(15.846)	(38.658)	(9.533)
Obrigações por empréstimos do exterior	(50.479)	(21.949)	-	(1.759)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	140.593	254.746	(22.142)	36.770
Instrumentos financeiros derivativos	116.175	73.602	67.328	82.668
TOTAL	(2.122.687)	(1.805.396)	(66.652)	55.480

(*) Nota explicativa nº 12 a.

(**) Nota explicativa nº 12 c.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2024	2023
Proventos	6.840	5.968
Contribuição ao INSS	1.621	1.388
Total	<u>8.461</u>	<u>7.356</u>

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2024			2023		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>

21 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas de serviços técnicos especializados	9.849	7.840
Despesas de processamento de dados	3.312	3.451
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.767	6.044
Despesas de aluguéis	2.328	1.872
Despesas de serviços de terceiros	962	906
Despesas de comunicações	420	463
Despesas de contribuições filantrópicas	449	483
Despesas de depreciação e amortização	1.229	677
Despesas com auditoria	872	-
Despesas com custas judiciais	1.089	607
Despesas com consultoria jurídica	1.100	1.475
Outras desp adm	2.381	2.366
Total	<u>29.758</u>	<u>26.184</u>

22 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	5.999	-
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	865	2.683
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	647	218
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	2.838	1.689
Atualização de depósitos judiciais	12.449	17.409
Variação cambial	136	2.431
Outras rec operacionais	227	439
Total	<u>23.161</u>	<u>24.869</u>

23 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão de despesas com a matriz	43.946	16.080
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	5.130	-
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	4.445	7.676
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	58	401
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	4.399	294
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	21	-
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	780	199
Variação cambial	1.259	-
Outras	179	511
Total	<u>60.217</u>	<u>25.161</u>

24 LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia II

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Apuração dos limites de Basiléia II – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2024	2023
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.641.105	1.655.489
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	328.602	302.840
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	74.637	56.264
Valor da margem		1.237.866	1.296.385

• Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2024		2023	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	183.774	11%	156.254	9%
RWACAM	9.210	1%	5.721	0%
RWAJUR1	45.135	3%	46.333	3%
RWAJUR2	24.833	2%	19.731	1%
PACS	14	0%	16	0%
RWAOPAD	46.162	3%	54.904	3%
RWACVA	19.474	1%	19.881	1%

• Extrapolação

	2024	2023
Índice alcançado	39,95%	43,73%

25 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posi o e moviment o em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Plano de a�es livres	3.569	3.559
Plano de a�es diferidas	528	10
Total	<u>4.097</u>	<u>3.569</u>
Saldo no início do semestre	3.569	3.559
Constitui�o	528	10
Saldo no fim do semestre	<u>4.097</u>	<u>3.569</u>

26 OUTRAS INFORMA ES

Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribui o definida, o qual   administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2024, as contribui es dos patrocinadores totalizaram R\$ 698 (R\$ 590 em 2023) e pelos funcionários R\$ 944 (R\$ 791 em 2023).

27 RESULTADO POR AÇÃO

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do lucro e prejuízo básico e diluídos por ação:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido	(4.972)	12.239
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do lucro básico e diluído por ação:		
Quantidade média de ações		
Ordinárias	508.474	508.474
Preferenciais	508.474	508.474
(Prejuízo)/Lucro por ação em R\$ (reais)		
Ordinárias	(4,89)	12,04
Preferenciais	(4,89)	12,04
(Prejuízo)/Lucro atribuído por classe de ação		
Ordinárias	(2.486)	6.120
Preferenciais	(2.486)	6.120

28 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 11 de Abril de 2024 foi divulgado que o Société Générale S.A. (Paris) assinou a Carta de Intenção (ou MoU – Memorandum of Understanding) com o Grupo BPCE (um dos maiores grupos bancários na França), referente à intenção de venda das atividades da Société Générale Equipment Finance, que inclui a Societe Generale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil. A AGE (Assembléia Geral Extraordinária) referente a intenção de venda foi assinada localmente pelo Banco Societe Générale Brasil S.A. em 19 de julho de 2024, e já comunicada ao Banco Central do Brasil. Em 29 de julho de 2024 foi assinado o SAPA - Share and Asset Purchase Agreement entre Société Generale S.A (vendedor) e BPCE S.A. (comprador) formalizando a compra e venda da unidade de negócio global da Société Générale Equipment Finance. O registro efetivo da venda será efetuado quando da aprovação da transação pelos reguladores.

RESUMO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DO COMITÊ DE AUDITORIA A SER PUBLICADO COM AS DFS 1º SEMESTRE 2024

O Banco Sociéte Générale Brasil S.A., instituição líder responsável pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado, fazendo uso da faculdade do artigo 9º, da Resolução 4.910/21, instituiu Comitê de Auditoria único para o conglomerado prudencial. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário permanente, reporta-se à Diretoria Executiva e é composto por três membros, sendo dois membros independentes, devidamente aprovados pelo Banco Central do Brasil.

De acordo com o estabelecido em seu Regimento, compete ao Comitê assessorar a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, na indicação e avaliação da efetividade das auditorias independente e interna e no acompanhamento da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos do Banco.

O Comitê reuniu-se formalmente com a Auditoria Externa para apreciação das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em junho/2024, com a Diretoria Executiva e Auditoria Interna, além de ter acompanhado a gestão de riscos realizada pelas áreas de Riscos, Contabilidade, Auditoria Interna, Compliance, Ouvidoria e Controles Internos, por meio de documentação proporcionada por essas áreas.

Dentre as atividades do período destacam-se, entre outras:

- Acompanhamento do plano de auditoria externa e das demonstrações financeiras de junho/2024
- Aprovação do plano e da Política Regulatória de Auditoria Interna
- Avaliação dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado
- Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Res. BCB 130/21;
- Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do período;
- Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes e internos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas das administrações das instituições que compõem o Conglomerado, dos auditores externos, da auditoria interna, do Comitês estabelecidos pela governança e nas suas próprias análises.

Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras individuais e do Conglomerado relativas ao primeiro semestre de 2024.

São Paulo, 22 de agosto de 2024.

Membros do Comitê

Paulo Fagundes de Lima
Isabel Cristina Badanais Vieira Leite
Alvaro Tair Junior